

Presidente pisa no freio

O receio de adotar uma posição que o deixe fragilizado e passe a impressão de que cedeu ao PFL levou o presidente Fernando Henrique Cardoso a pisar no freio e retardar a celebração de um acordo para resolver a crise do salário mínimo. Cautelosos ontem, os interlocutores do Governo confirmaram a movimentação rumo ao entendimento para a aprovação do projeto do deputado Antônio Kandir (PSDB-SP) que muda a data do reajuste do mínimo para permitir novo aumento em janeiro. Mas o Planalto não quer assumir publicamente a proposta, que seria negociada pelos líderes aliados e aprovada só em outubro, depois da campanha eleitoral, e sem fixar qualquer valor.

Na conversa que manteve com o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), ontem durante o vôo de Brasília para Florianópolis, Fernando Henrique reafirmou que o Governo fez o que pôde tecnicamente ao reajustar o mínimo

para R\$ 151, diante das limitações orçamentárias. A questão agora, segundo o Presidente, é política e está em jogo a sua autoridade e a sua liderança sobre a aliança que o apóia. Ele disse a Bornhausen que não pode aceitar um acordo que transmita imagem de fraqueza. A postura do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-SC), segundo relato de um assessor, foi abordada na conversa.

O Presidente deixou claro que não agüenta mais o comportamento de Antonio Carlos e que um futuro entendimento sobre o mínimo vai depender da atitude do senador. Uma das críticas se refere à mudança de sua atitude do dia em que foi anunciado o mínimo (24 de março), para a segunda-feira seguinte, quando Antonio Carlos voltou a defender um valor equivalente a US\$ 100 e a fazer críticas aos ministros da área econômica. "O Presidente abriu as portas para um entendimento não especificado", dis-

se Bornhausen, ontem à noite, em sua casa na Praia Brava.

Ele disse que o PFL não concorda com a proposta de se mudar a data de reajuste do mínimo para 1º de janeiro sem especificar seu valor. "Mudar a data para janeiro tem sentido, pois vai permitir que o mínimo seja discutido juntamente com o Orçamento, mas a nossa proposta específica o valor de R\$ 177. Sobre a presença do PFL no ministério, ele disse que este é um assunto do Presidente, mas deixou claro que o partido não deseja deixar de dar sustentação ao Governo.

O relatório do deputado Eduardo Paes (PTB-RJ), aprovado pela comissão do mínimo na Câmara, incorpora o projeto de lei complementar de Kandir que determina que a discussão do mínimo seja feita dentro da Lei Orçamentária da União. O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, garantiu não ter recebido do Presidente delegação para negociar a antecipação da data-base do mínimo.